

hidratada, constituindo-se, ao lado de muitos outros minerais, indiscutivelmente na maior reserva mineral do mundo.

Simultaneamente ao trabalho de prospecção, desenvolve-se, também, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, com capacidade para gerar 4 mil MW de energia, bem como a implantação da ferrovia São Luís — Serra dos Carajás, com 900 quilômetros de extensão, além da construção de um porto de grande calado na capital do Maranhão, estimando-se um custo de infraestrutura de aproximadamente 3 bilhões de dólares, excluídas as despesas da hidrelétrica e os custos financeiros.

São obras monumentais, criando recursos elevadíssimos, mas que podem, dependendo de uma política firmemente nacionalista, representar um sólido suporte para a nossa independência econômica.

Sem dúvida alguma, toda esta mobilização representará, também, uma profunda alteração na região da Amazônia Oriental, afetando, diretamente, sua ecologia, o padrão de vida da população, enfim, um amplo processo de modernização.

É importante, contudo, que todo esse trabalho, todo esse dinheiro arrecadado em detrimento de milhões de brasileiros que passam fome, que são vítimas de doenças e desnutrição, marginalizados do processo educacional e de desenvolvimento, venham render frutos para o nosso povo e não para corporações internacionais, que poderão transformar Carajás num grande buraco, em nada contribuindo para reduzir nossa astronômica dívida externa.

Ficou claro, na rápida visita, que os técnicos brasileiros estão plenamente preparados para assumir com competência a administração dos recursos minerais, adotando as medidas necessárias para a preservação do equilíbrio ecológico da região.

Igualmente, que o empresariado brasileiro, mesmo que isso representasse a adoção de um ritmo mais lento na execução do projeto, teria plenas condições para assumir o controle da industrialização dos minérios.

Mas, pela complexidade de medidas e pelos inúmeros interesses que estão em jogo, o fundamental, no momento, é que todos os segmentos da sociedade, direta ou indiretamente envolvidos, sejam ouvidos, a fim de evitar-se erros irreversíveis.

Com este objetivo, a bancada federal do PMDB, já há algum tempo, instituiu grupo de trabalho para analisar todas as possíveis implicações do projeto Grande Carajás, com a audiência dos interessados, geólogos, engenheiros, empresários, economistas, na tentativa de oferecer um projeto alternativo, mostrando claramente que "Carajás é nosso".

Esta ação deverá estar concluída no segundo semestre deste ano, procurando evitar a verdade do ditado: "a pressa é inimiga da perfeição". Para esse fim e independentemente dos contatos já estabelecidos, todos os interessados estão convocados para sugerir, discutir e oferecer subsídios, na tentativa de evitarmos repetições históricas de espoliações ao nosso País, desde o seu descobrimento, e para que realmente os frutos que a natureza nos legou na Serra dos Carajás reduntem em benefício de todos os nossos irmãos brasileiros.

O SR. UBALDO DANTAS (PP — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos amanhã iniciar a volta para nossos Estados, nossas bases. Vamos encontrar mais demoradamente os nossos companheiros, nossos correligionários, os amigos jornalistas de nossos jornais provincianos. Todos nos perguntarão: o que é que está acontecendo, Deputado? O que é que vai acontecer? O que está fazendo a classe política e, particularmente, as oposições que ainda não se uniram ante tantas ameaças de alterações das leis eleitorais, com a finalidade de manter o que já se perdeu? Que é da palavra do Presidente da República, com suas reafirmadas posições a favor da abertura, mas, por outro lado, permitindo que seu partido acolha tão esdrúxulas, mesquinhas, aberrantes e vergonhosas "medidas casuísticas" para defender o indefensável?

Com toda a vontade de ser justo, acho bastante difícil que algum parlamentar possa explicar de maneira decente e isenta o que as perguntas citadas trazem no seu bojo.

Como explicar que a gasolina aumente de Cr\$ 66,00 para Cr\$ 75,00, sem o conhecimento do Ministro das Minas e Energia? Como explicar que a inflação já começará a cair, mostrando mais um sucesso do sempre feliz Ministro do Planejamento, quando isso representa a etapa de recessão, com desemprego e incapacidade inclusive de comprar alimentos?

Os médicos estarão em greve amanhã, dia 30, fim do mês de junho. Outro sinal histórico e de profundo significado social. Uma categoria que representava um dos ápices da classe média e hoje vilipendiada perante seus anseios de melhores condições de trabalho e de remuneração. É realmente estereótipo o uso inoportuno — e sempre inoportuno! — da famigerada Lei de Segurança Nacional, com finalidades de amordaçar a voz na defesa de direi-

tos. É um perfeito e terrível exemplo da lei do mais forte, da lei da selva, no uso da chantagem da força ante a evolução democrática.

E vejam o sucedido com o Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Dr. Roberto Chabo, sequestrado à luz do dia, com a mostra ostensiva da metralhadora e do camburão. Triste "mandado de prisão", documentando de maneira insana a intenção de violência dos que a utilizam a toda hora, de criar oportunidades para o acirramento dos ânimos, preâmbulo para um retrocesso sempre benéfico para os mesmos.

O Dr. Chabo foi solto. Liberado da prisão, eufemisticamente denominada de convocação para depoimentos. Não veio a tempo a contra-ordem do bom senso e do real interesse na negociação. Perdeu-se a oportunidade de ministros demonstrarem a sua capacidade de negociação e convencimento, demonstrando que a escolha para tão elevado nível proveio do conhecimento de altas qualidades administrativas e não da amizade pessoal e prêmio ao uso de molhos e condimentos.

Volta-se às negociações, Srs. Deputados. Sem a coerção de uma troca de força e de chantagem, mas no uso e no respeito ao direito de reivindicar e de postular.

É o que esperamos e o que defendemos.

A SRª JÚNIA MARISE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desenganadamente, não devem merecer crédito as promessas do Governador de Minas Gerais, que tem delas abusado vergonhosamente, quando convenientes a suas manobras políticas, quer em proveito próprio, quer para agradar aos correligionários.

Repetidas têm sido as vezes em que empenhou a palavra sem nenhuma vontade de cumpri-la. São promessas que trazem, em sua própria formulação, a eiva da insinceridade.

É o que está acontecendo agora com os moradores do bairro Industrial, 3ª Seção, em Contagem, segundo denúncias trazidas a público pelo Deputado Estadual Ademir Lucas, do PMDB, que se vem destacando no combate à política de insensibilidade humana adotada pelo Governador de meu Estado.

Preocupados com a indefinição dos limites entre os Municípios de Belo Horizonte e Contagem, aqueles moradores receberam do Governador, em audiência pública — solenemente, portanto —, a promessa de que se empenharia pela solução do problema, porquanto tinha delegação dos Prefeitos daquelas Comunas. Assegurou-lhes que as guias de cobrança dos impostos não seriam distribuídas até a solução do impasse.

Infelizmente, porém, tal não ocorreu, seja porque os Prefeitos se esqueceram de honrar o compromisso que teriam assumido com o Governador, seja porque não o assumiram. Em qualquer caso, a promessa do Governador mineiro não foi cumprida, para desespero dos maiores interessados.

As guias foram distribuídas e os impostos cobrados, e cobrados duas vezes, em uma bitributação definidora da irresponsabilidade de nossos governantes, que está a vitimar a população sofrida, sem infra-estrutura urbana e, o que é pior, sem saneamento básico, apesar dos constantes e candentes apelos feitos em tal sentido.

O problema, entretanto, não ficou aí. O Prefeito de Belo Horizonte, sem qualquer respeito aos moradores — comportamento peculiar dos administradores não escolhidos pelo povo —, passou a agir, inclusive perante a Justiça, contra os contribuintes, acionando-os executivamente.

E o desrespeito à população é tão grande que estão sendo executados até mesmo aqueles portadores de certidão negativa expedida pela Prefeitura de Contagem, conforme é o caso da Sra. Amélia de Oliveira Gomes, residente na rua Coronel Odilon de Andrade, nº 59.

O inconformismo é a tônica dominante entre os moradores do bairro Industrial, 3ª Seção, que não escondem a revolta, certos, conforme acentuei anteriormente, de que ou o Governador não tinha autorização para falar em nome dos dois Prefeitos, quando das promessas feitas, ou estes, por motivos desconhecidos, ignoraram, depois, a palavra empenhada.

Seja como for, o povo é quem paga pelos erros dos administradores irresponsáveis, máxime quando estes permanecem indiferentes às dificuldades dos governados.

Espero que o Governador de Minas Gerais e os Prefeitos de Belo Horizonte e Contagem atentem melhor para suas responsabilidades e se compenhem de que o bem-estar da população é o primeiro item do roteiro de qualquer administrador, até porque é nele que se deve resumir toda sua atuação. E não é com o procedimento atual, com descaso tão grande pelos direitos dos governados que a meta maior será alcançada.

O povo brasileiro já vem sofrendo muito; já é tempo de as autoridades começarem a cumprir melhor seus deveres.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ERNESTO DE MARCO (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o modelo de desenvolvimento

adotado no Brasil, nestes últimos anos, vem funcionando à base de uma brutal centralização, sabidamente realizada com sacrifício da autonomia municipal. O Município, como instituição administrativa, está de tal modo deformado em nosso País que unidades importantes como o Distrito Federal, as Capitais dos Estados, as estâncias hidrominerais e os Municípios declarados de interesse da segurança nacional não podem eleger os seus dirigentes, que são impostos pelo Poder Central.

Para combater isso, que caracterizamos como verdadeiro atentado à autonomia dos Municípios, surgiu em boa hora o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal — CONAM, que engloba três objetivos fundamentais:

1 — luta pelas eleições nas Capitais dos Estados e nos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, e estâncias hidrominerais, a fim de que as populações possam livremente eleger os seus Prefeitos;

2 — luta em prol da instituição de representação política para o Distrito Federal;

3 — luta pela autonomia financeira dos Municípios, inclusive mediante profunda reforma tributária.

A enunciação de objetivos tão simples, mas de alcance tão profundo, espelha a conveniência do CONAM como força aglutinadora das correntes que lutam pela restauração da autonomia dos Municípios. Concordamos plenamente com essas diretrizes concebidas por alguns eminentes patriotas ao lançarem esse movimento de defesa da autonomia municipal, ao qual nos associamos na qualidade de representante das populações dos Municípios catarinenses de Itapiranga, Descanso, São Miguel D'Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira, na fronteira do Brasil com a Argentina, cujos administradores vêm sendo sucessivamente nomeados pelos chamados governos da revolução.

Em face do cerceamento de uma das peculiaridades fundamentais do Município, que é exatamente o direito à auto-administração, através da livre escolha pelo voto popular, impõe-se que as forças vivas da Nação se aglutinem em torno do CONAM e prestigiem esse movimento, encetando-se uma campanha de caráter popular e democrático para que as populações de todas as Unidades Municipais prejudicadas possam recuperar o legítimo direito de eleger os seus governantes, através das eleições.

Mas, Sr. Presidente, se alguns Municípios se acham, assim, prejudicados politicamente, a verdade é que todos, sem exceção, se acham amarrados do ponto de vista econômico-financeiro. Esta é outra restrição que atinge indistintamente todos os Municípios brasileiros, e que se refere à excessiva centralização de rendas em favor da União, com a conseqüente descapitalização das Prefeituras Municipais, em virtude da sistemática tributária implantada no País.

A Emenda Constitucional nº 18, de 1965, que reformou a estrutura do sistema tributário nacional, foi mantida pela Constituição de 1967 e pela Emenda Constitucional de 1969, que intensificaram a tendência centralizadora, ampliando ainda mais a capacidade arrecadadora do Poder Central. O Governo Federal teve sua área tributária consideravelmente ampliada, centralizando dez dos mais importantes tributos, enquanto deixava para os Municípios apenas dois: o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Como resultado dessa centralização de tributos em favor da União, os Municípios passaram a enfrentar um acelerado processo de empobrecimento, desde que seus recursos ficaram limitados à sua modesta receita tributária e às cotas de participação no ICM e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para complicar a situação, a distribuição das cotas do Fundo de Participação dos Municípios é proporcional ao tamanho da população, havendo percentuais fixos para a saúde, saneamento e educação, e compromisso de aplicação de 30% a 50% dos recursos em despesas de capital, sob o severo controle exercido pelo Governo Federal.

Entretanto, como se não bastasse a estreiteza dos recursos transferidos aos Municípios, absolutamente insuficientes para o atendimento das suas necessidades básicas, a União freqüentemente retém, indevidamente, as cotas respectivas, fato que redúndia em enorme prejuízo para as Unidades Municipais.

Só haveria uma forma para desemperrar as administrações municipais, e esta seria a de promover-se uma profunda reforma tributária, de modo que os Municípios possam aumentar o seu poder arrecadador. Por isso mesmo, um dos objetivos essenciais do CONAM é o de lutar pelo fortalecimento da autonomia financeira dos Municípios, mediante ampliação do poder de arrecadação direta.

Mas voltemos nossos olhos para a Capital da República. Nada justifica que Brasília continue sem dispor da sua representação política, já que dispõe de população altamente politizada que deve participar do processo de decisão dos assuntos de interesse da Capital Federal e cidades satélites. Neste ponto é conveniente lembrar que quando o Distrito Federal era situado no Rio de Ja-

neiro, dispunha de uma Câmara de Vereadores, que então legislava sobre as matérias de interesse da cidade, e dispunha também de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Portanto, a marginalização política do povo de Brasília não pode perdurar. O texto constitucional deve abrigar uma norma que permita a criação da representação política do Distrito Federal em todos os níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depositamos amplas esperanças no Comitê Nacional pela Autonomia Municipal — CONAM, por entendermos que esse movimento reúne condições para lutar pelo fortalecimento da democracia e do municipalismo entre nós, até a restauração, em toda a sua plenitude, da autonomia municipal. Não pode haver democracia plena com impedimentos eleitorais, nem com cerceamento dos direitos dos Municípios. Acreditamos que está na hora de normalizarmos esta situação, se é que o Presidente João Figueiredo está realmente empenhado em cumprir as promessas feitas ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCUS CUNHA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, e Presidente desta Casa parece entender a questão social como caso de polícia. Eis uma constatação que fiz e que muitos dos meus pares compreenderão, assim que ouvirem o meu pronunciamento de hoje.

Antes de entrar diretamente no ponto que justifica essa minha afirmação, tecerei algumas considerações sobre a situação que vem sendo enfrentada por diferentes setores da nossa economia, e que surgiram da análise dos preços de alguns bens necessários à produção agrícola.

Vejam as variações que sofreram os custos naqueles setores que se dedicam à produção agrícola para o mercado interno, principalmente as pequenas e médias propriedades rurais. O trator, que custava em 79/80 Cr\$ 320.000,00, passou a custar em 80/81 Cr\$ 1.500.000,00. A colheitadeira, no mesmo período, aumentou de Cr\$ 1.280.000,00 para Cr\$ 4.100.000,00. Os fertilizantes tiveram um acréscimo no preço ainda maior: em 79/80, uma tonelada custava Cr\$ 7.000,00. Passou para Cr\$ 25.000,00 no período 80/81.

Além das variações acima citadas, o setor enfrentou um sistema de crédito totalmente irreal. Se no biênio 79/80 os juros cobrados pela compra de um trator eram de 18%, em 80/81 elevaram-se para 73%. E no caso dos fertilizantes, a realidade cresce. Em 79/80 e 80/81, os juros inexistiam. Já no período 81/82, eles são de 45% ao ano.

Analisando a evolução dos preços no presente surto inflacionário, poderíamos dividir a economia em três segmentos:

Segmento I — Composto pelas multinacionais, pelas grandes empresas nacionais e pelos bancos, enfim, pelos setores econômicos que dispõem de organização oligopolizada.

Segmento II — Formado pelas pequenas e médias empresas e pelos pequenos e médios proprietários rurais, que constituem os produtores atomizados, fora de organizações cartelizadas, incapazes de manipularem livremente os preços de seus produtos.

Segmento III — Constituído pela população trabalhadora, ou seja, pelos assalariados.

Como vimos, o segmento I — que inclusive produz máquinas e insumos para o segmento II — tem aumentado o preço de seus produtos drasticamente, em níveis bem superiores aos da inflação. Ele é oligopolizado, o que lhe dá poderes de manipular os preços e, no modelo brasileiro, imunidade ao controle. As empresas dessa área da economia, quando têm seus produtos menos procurados no mercado, aumentam seus preços para compensar o menor número de vendas.

O segmento II — do qual fazem parte os produtores de alimentos básicos — está sujeito a uma dupla pressão: por um lado, dos custos elevados dos seus insumos e, por outro, da impossibilidade de repassá-los a seus clientes, a população trabalhadora que percebe uma renda irrisória.

É o segmento II que paga tributos para o segmento oligopolizado da nossa economia. Além disto, sofre com a política inadequada de crédito. É lógico que, faltando mercado interno remunerador para seus produtos, poucas opções restarão para os membros do segmento II. Assim, eles passam a se dedicar a atividades mais lucrativas e mais distantes das necessidades do povo trabalhador, produzindo para a exportação (soja, cana-de-açúcar etc.). Isto tem contribuído para a diminuição progressiva da produção de determinados produtos agrícolas básicos.

Por fim, vejamos o segmento III, ou seja, aquele constituído pelos assalariados.

Este grupo tem sido a maior vítima do atual modelo econômico, social e político, e também o alvo predileto da demagogia dos governos pós/64.

Hoje, passados 17 anos de arbítrio, vemos os brasileiros em situação de maior penúria, cada vez mais vulneráveis às doenças carenciais geradas pela fome. Não podemos ficar passivos.